

# Julgamentos e convenções

José Varella/AE-27/4/94

*Semana define destino de deputados acusados pela CPI do Orçamento e de candidatos à Presidência*

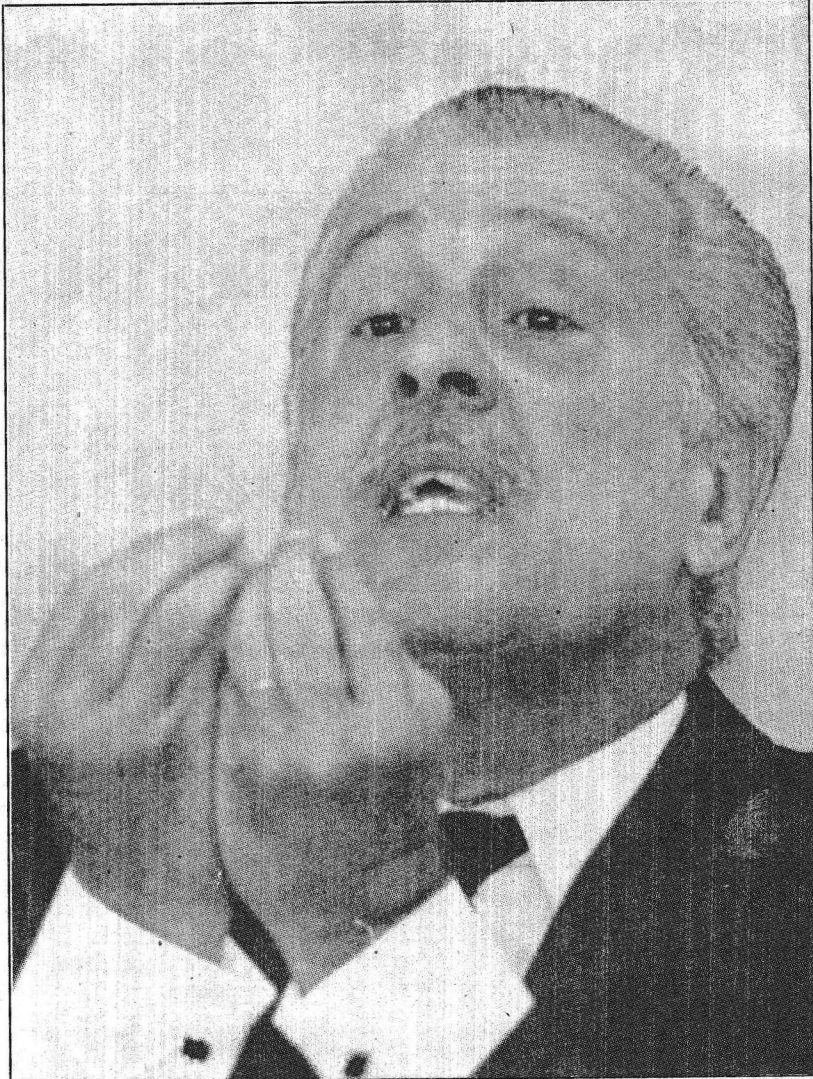
ELZA PIRES

**B**RASÍLIA — O Congresso começa hoje uma semana agitada que inclui definições sobre os pedidos de cassação dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), acusados pela CPI do Orçamento, e novas tentativas de obter quórum para aprovar a agenda mínima da revisão constitucional. As atenções dos parlamentares também estarão voltadas para as convenções do PSDB e do PDT, que se realizam a partir de sexta-feira, e para as prévias do PMDB, marcadas para domingo.

O PSDB vai homologar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso no dia 14, em Contagem, Minas Gerais. O PDT vai confirmar Leonel Brizola como seu candidato ao Planalto no mesmo dia, em São Paulo. E o PMDB, hoje o maior partido no Congresso e o mais indefinido em relação à sucessão presidencial, consulta os filiados no dia 15 para saber qual de seus três pré-candidatos — Orestes Quércia, José Sarney e Roberto Réquião — vai concorrer à Presidência. A convenção que vai homologar a candidatura está marcada para os dias 21 e 22, em Brasília.

Acusado pela CPI do Orçamento de ter uma movimentação bancária que superou em US\$ 807 mil seus rendimentos, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) será julgado amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Na quarta-feira a Câmara vai decidir em plenário se acolhe ou não a decisão da CCJ que inocentou o deputado Ricardo Fiúza.

O relator do caso Fiúza na CCJ, deputado Hélio Bicudo (PT-SP), chegou a denunciar um acordo entre o PFL e PMDB que teria como objetivo inocentar os dois parlamentares. No caso de Ibsen ser condenado amanhã é provável que os peemedebistas deixem de apoiar Fiúza na votação de quarta-feira. Se-



*Fiúza: absolvido na CCJ corre risco de ser condenado no plenário*

rá usada contra Fiúza uma nota oficial da Comissão Especial de Investigação (CEI) instituída para apurar as denúncias de corrupção que envolvem o Executivo. De acordo com o ministro da Administração, Romildo Canhim, presidente da comissão, Fiúza adulterou um documento da Caixa Econômica Federal (CEF) e o utilizou para respaldar sua defesa durante o julgamento na CCJ. Fiúza afirma que está pronto para recorrer ao Superior

Tribunal Federal se o seu mandato for cassado pelo plenário da Câmara, revertendo a decisão da CCJ.

A partir de amanhã, o clima das convenções partidárias vai movi-

mentar o Congresso. Uma reunião dos dissidentes do PSDB, contrários à aliança com o PFL, deve decidir pelo adiamento da convenção marcada para sábado ou pedir a realização de prévias entre os tucanos para avaliar a escolha do vice. A dissidência tucana atribui a queda de Cardoso nas pesquisas à coligação com o PFL.

Em meio a esta agenda política intensa, o Congresso deve ainda garantir o quórum necessário para votar a agenda mínima da revisão constitucional. Os líderes se reuniram na semana passada e definiram onze pontos para votar até o dia 31 de maio, data do encerramento dos trabalhos. Entre os temas estão a redução de cinco para quatro anos do mandato presidencial e um mecanismo que impede a renúncia de parlamentar acusado por falta de decoro para escapar da inelegibilidade.

agitam Congresso

**A**GENDA DA  
REVISÃO  
ENTRA EM  
PAUTA